

**PARA QUE SERVE O ÍNDIO NA HISTÓRIA DO BRASIL?
O NÃO INDIANISMO DE CAPISTRANO DE ABREU EM
*CAPÍTULOS DE HISTÓRIA COLONIAL***

João Paulo Peixoto Costa

Mestrando do Programa de Pós-graduação em História do Brasil
Universidade Federal do Piauí

qdedo@hotmail.com

Bolsista REUNI*

RESUMO: Ao analisar a obra *Capítulos de história colonial*, do intelectual Capistrano de Abreu, relacionando-a com a produção de autores conhecidos como “indianistas” no século XIX, procura-se discutir, no presente artigo a suposta inserção do estudioso em questão nesse grupo. Apesar da presença constante do elemento indígena neste trabalho de referência do historiador cearense, que buscou descrever a construção do Brasil no período colonial, percebe-se que o índio, para Capistrano, não se aproxima do nativo idealizado e mitológico dos escritores românticos oitocentistas. Por isso, a intenção deste estudo é identificar o verdadeiro papel que, na perspectiva de Capistrano, tiveram os povos indígenas na formação da sociedade brasileira.

PALAVRAS-CHAVE: Capistrano de Abreu. Índios. Indianismo.

ABSTRACT: Analyzing the work *Capítulos de história colonial*, from Capistrano de Abreu, and relating it to the production of authors known as "indianists" in the nineteenth century, we discuss in this article the alleged insertion of Capistrano in this group. Despite the constant presence of the indigenous element in this reference work of the historian of Ceará, which sought to describe the construction of colonial Brazil, we noticed that the Indian, to Capistrano, do not approach the idealized and mythological native of nineteenth-century romantic writers. It is therefore our intention to identify the real role, in view of Capistrano, the indigenous people had in the formation of Brazilian society.

KEY-WORDS: Capistrano de Abreu. Indians. Indianism.

Introdução

É preciso esclarecer ao leitor, antes de tudo, que este artigo trata de um silêncio. E ao contrário do que a priori possa se pensar, aquilo que não é dito é essencial para o trabalho do historiador, tendo em vista que o que foi esquecido, escondido ou

* Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI).

negligenciado, muitas vezes de forma intencional – e jamais inocente – pode dizer muito sobre aquele grupo ou homem que esqueceu, escondeu ou negligenciou o que quer que seja. Como já disse Michel de Certeau, ao estabelecer um “fato histórico”, o historiador utiliza-se de um poder institucional e individual, não sendo fruto apenas de uma observação. Logo, estas construções e escolhas feitas pelo historiador são, segundo o autor, “apenas ‘falsificáveis’ graças a um exame crítico” (CERTEAU, 2007: 67). Seguindo na mesma linha, podemos conceber que o ato de excluir determinados elementos da historiografia, ou deixar de tratar de forma mais profunda acerca de algo, ao falar de certo momento histórico, nasce de uma ação consciente daquele que escreve história.

No caso que abordaremos, esta questão também é bastante visível. Contudo para chegar naquilo que nos interessa, ou seja, na imagem do índio presente na obra *Capítulos de história colonial*, de Capistrano de Abreu (ABREU, 2011), entramos em contato com a bibliografia que trata da questão historiográfica e do indianismo no final do século XIX. Em meio a diversos trabalhos que se referem à figura de Capistrano enquanto um indianista, uma em especial despertou nossa atenção: o artigo dos autores Marta Rosa Amoroso e Oscar Calavia Sàez, denominado Filhos do norte: o indianismo em Gonçalves Dias e Capistrano de Abreu. Em relação a Capistrano, o texto trabalha principalmente com a sua atividade etnográfica, que resultou em alguns estudos breves e em duas obras maiores, uma sobre os bacairis do Xingú e outra acerca dos kaxinawás (ou huni kui, como se autodenominam), que habitam a fronteira dos estados do Acre, Amazonas e territórios do Peru. Pelo seu esforço em registrar as peculiaridades “exóticas” de povos silvícolas no Brasil, alguns intelectuais de sua época lamentavam que o “maior historiador da pátria não dedicasse esse tempo a assuntos importantes – por exemplo, uma grande História do Brasil” (AMOROSO; SÀEZ, 2004: 251). Por conta de seus estudos dedicados às línguas indígenas, Capistrano entraria então no rol dos autores indianistas do século XIX.

Além de seu histórico em relação a trabalhos de cunho etnográfico, percebemos que a obra de Capistrano também insere o elemento indígena de forma diferenciada na construção da nação brasileira. Pela leitura de sua obra *Capítulos de história colonial* – um clássico da historiografia, que está presente nas bibliografias de quase todas as dissertações, teses e estudos recentes que se dedicam a este período – é possível observar a recorrência da participação do nativo ameríndio, mas principalmente, dos

mestiços oriundos do sangue índio, nas principais atividades que compuseram a formação do Brasil, como as guerras, o desenvolvimento da agricultura e pecuária e as bandeiras e expedições colonizadoras. Ao falar dos bandeirantes, por exemplo, o autor destaca certas contribuições dos nativos que eram cruciais para o sucesso das empreitadas, como as roças dos índios que forneciam “os suprimentos necessários” (ABREU, 2011: 57), as trilhas indígenas usadas nas expedições (ABREU, 2011), e inclusive como componentes das próprias bandeiras (ABREU, 2011:59).

No entanto, mesmo levando em consideração todos esses pontos, acreditamos que caracterizar o autor em questão enquanto um “indianista,” talvez, seja um tanto exagerado. De acordo com Pedro Puntoni, podemos definir o indianismo dos intelectuais oitocentistas como um movimento “de valorização e invenção do indígena, como elemento original, símbolo da independência e particularidade do país”. Segundo o autor, este “indianismo brasileiro, na verdade, vinha de longe, fincando suas raízes na *idealização do índio*, própria dos tempos do mito do homem natural, e na poesia clássica portuguesa” (PUNTONI, 2003: 637. Grifo nosso). Logo, não só o índio, mas um índio inventado e idealizado era a marca principal desses intelectuais romantizados que buscavam construir uma história nacional exaltando as particularidades do Brasil.

Acreditamos que todas essas características, no entanto, não se encaixam nessa obra de Capistrano que pretendemos analisar. Apesar da presença do elemento nativo ser marcante, sua figura não é romantizada em momento nenhum. Mesmo considerando sua importância em diversas partes de seu estudo, observamos que é clara para o autor a distância que há na superioridade do branco, além da índole fraca que acometia o indígena. Ao citar o padre Antônio Vieira, o autor coloca que, durante a colonização, “os índios, por sua natural fraqueza e pelo ócio, descanso e liberdade em que se criam” não eram “capazes de aturar por muito tempo o trabalho em que os portugueses os fazem servir” (ABREU, 2011: 67).

Mas aquilo que mais nos chamou atenção em relação à figura do índio colocada por Capistrano está em um silêncio, conforme dissemos no início deste texto. Este vazio encontra-se justamente no primeiro capítulo de sua obra, que se chama *Antecedentes indígenas*. A leitura deste pequeno capítulo, de aproximadamente sete páginas, nos causou uma surpresa: em uma parte onde, pelo menos a priori, se espera entrar em contato com informações relacionadas aos antecedentes indígenas, mal encontramos qualquer coisa acerca dos índios. Mesmo sendo uma obra que se propõe a estudar a

colonização do Brasil, ou seja, um período posterior à chegada dos europeus, a extrema síntese do autor, no momento dedicado a discorrer sobre os antecedentes indígenas da colonização, nos inquietou.

A partir daí, algumas perguntas surgiram: o que era, de fato, ser um intelectual indianista? Se Capistrano se enquadrava realmente nesse grupo, como se explica esse capítulo tão superficial? Seria Capistrano realmente um indianista? E finalmente, dando título a este trabalho: na perspectiva do autor, para que serviram os índios na história e formação do Brasil? Para a execução de nossa análise, além de tentar responder a estas perguntas, nos concentraremos justamente no exame deste silencioso primeiro capítulo. A partir do que encontrarmos neste vazío, passaremos a pensar na relação que havia entre a obra de Capistrano e as disputas que existiam, o período, em torno do lugar que o índio deveria ocupar na historiografia. Mas, antes, passaremos a discutir, de forma rápida, a presença do indianismo na historiografia do século XIX.

Capistrano e o indianismo

Há pelo menos duas décadas que a historiografia indígena vem crescendo de forma acentuada, apesar dos desafios que esse tipo de temática encontra em alguns ambientes universitários. De acordo com John Monteiro, é missão atual dos historiadores “recuperar o papel histórico dos atores nativos na formação das sociedades e culturas do continente” americano, revertendo uma bibliografia tradicional marcada, se não pela omissão, “por uma visão simpática aos índios mas que os enquadra como vítimas de poderosos processos externos à sua realidade” (MONTEIRO, 2004: 227). Neste último grupo se encaixam os autores românticos oitocentistas conhecidos como indianistas, como Gonçalves Dias e José de Alencar, que conforme já dissemos, colocavam os índios como elementos particulares desta jovem nação cuja história se queria construir.

Se atualmente a recente historiografia se esforça em analisar a vida e o cotidiano desses grupos, a partir de uma perspectiva que os coloque enquanto agentes ativos na sociedade onde se inseriam, no período de Capistrano, até os mais simpáticos aos povos indígenas os encaravam como seres quase mitológicos, porém fadados à violência da civilização. Talvez por isso, e por algum senso de caridade, vários historiadores, poetas e escritores foram levados a exaltar os índios que fizeram parte da história do Brasil e

compuseram a formação desse país. Apoiado no cientificismo deste período, os seus escritos se baseavam na junção do “exercício de sua imaginação com o da leitura metódica dos cronistas e da documentação sobre o nosso passado colonial”. Todavia, alimentados por um “indianismo ‘etnogeográfico’”, seus escritos jamais tratavam dos “índios vivos, presentes”. Ao contrário, eram apenas “símbolos do Brasil”, ou do “desejo dos intelectuais e proprietários de manifestar sua necessidade de autonomia” diante do mundo civilizado (PUNTONI, 2003: 635).

De acordo com Manuel Salgado, foi “em torno da temática indígena” que se travou “um acirrado debate em que a literatura, de um lado, e a história, de outro”, argumentavam acerca da “viabilidade da nacionalidade brasileira estar representada pelo indígena” (GUIMARÃES, 1988: 15). Para os intelectuais, ocupar-se da temática indígena “ganhou sentido exatamente no momento em que a tarefa de construção da Nação colocava-se como prioritária, envolvendo o processo de integração física do território e a discussão relativa às origens da Nação” (GUIMARÃES, 1988: 20). Para a elite brasileira deste período, a necessidade de pôr o nativo em algum lugar de destaque – mas que estivesse somente no universo do imaginário – era urgente, tendo em vista seu anseio de equiparar-se à nobreza europeia e pelo fato de não poder negar a presença dos índios na formação nacional, e muitas vezes, inclusive, até na ancestralidade sanguínea de muitos poderosos.

[...] o indianismo, com o brilho (exótico) que lhe dava a exaltação de nossas particularidades, funcionava, em parte, como um mecanismo de compensação para a auto-imagem da elite que se tinha por européia. O indígena (assim: abstrato e genérico) era preenchido com caracteres, traços, que mais os aproximavam dos ideais nobilitantes de nossa elite do que da crua descrição etnográfica dos povos indígenas (diversos, heterogêneos) que, concretamente, ainda habitavam no espaço (considerado) como nacional (PUNTONI, 2003: 637).

Mas muitos estudiosos iam de encontro, de forma veemente, a esta tentativa de inserção dos povos indígenas na simbologia e história nacionais, como foi o caso de Francisco Adolfo de Varnhagen. Um dos maiores críticos à operação ideológica dos românticos, Varnhagen era um opositor intenso de autores como Gonçalves Dias. Seus estudos sobre os povos indígenas no Brasil tinham o intuito de desmascarar as “ilusões indianistas”. Era contra as políticas catequéticas e civilizatórias, já que, para ele, todas elas eram por demais condolentes com os selvagens, sendo necessárias ações mais duras

para inserir os índios na sociedade enquanto cidadãos (PUNTONI, 2003: 646). Para Varnhagen, a política indigenista do império deveria se inspirar na história colonial, seguindo uma “lógica que reproduzia [...] a da guerra de extermínio e de ‘limpeza’ do território nacional” (PUNTONI, 2003:649). Logo, o índio “imaginário” dos românticos “não poderia subsistir à necessidade de que o projeto nacional tinha de ‘resolver’ sua relação com índios ‘reais’”, considerados pelo autor como “um problema civilizacional, econômico e, portanto, territorial” (PUNTONI, 2003:651).

Como podemos perceber, desde os maiores defensores até os críticos mais ferrenhos do indianismo, todos abordaram, no século XIX, os índios como uma questão polêmica e que constituía um entrave para a nação em muitos aspectos. Para John Monteiro,

[...] autores tão diversos como [...] F. A. Varnhagen, [...] Capistrano de Abreu [...] – entre tantos outros [...] – todos buscaram, a seu modo, diante dos desafios e limites teóricos de suas respectivas épocas, atribuir um significado à história das populações indígenas. Porém, se há um traço comum entre estes observadores e pensadores, tão dispersos no tempo, é o pessimismo com que encaravam o futuro dos povos nativos.

Sobretudo a partir do século XIX, a perspectiva que passava a predominar prognosticava, mais cedo ou mais tarde, o desaparecimento total dos povos indígenas. (MONTEIRO, 2004: 222).

De fato, era comum na historiografia deste período – como também na de épocas posteriores – a crença na extinção certa desses povos, seja pela morte física, causada por doenças ou pela violência de não-índios, ou pelo apagamento de seus costumes e sua consequente inserção na sociedade nacional. É possível observar de forma clara que tal perspectiva também está presente na obra de Capistrano de Abreu, que, mesmo incluindo de forma recorrente o elemento indígena em seus escritos historiográficos, via neles uma fraqueza natural e um fim já premeditado, como veremos melhor mais à frente.

Nascido na então província do Ceará, na cidade de Maranguape, em 1853, João Capistrano de Abreu era natural de um lugar onde a presença do elemento indígena na sua formação social é bastante forte. Além de ter tido um dos maiores aldeamentos jesuíticos do Brasil, a aldeia da Ibiapaba, o estado do Ceará conta até hoje com um grande número de índios, contabilizando cerca de 12 etnias, espalhadas por 18

municípios e com uma população de mais de 22,5 mil pessoas que se declaram indígenas (PALITOT, 2009: 37-42).

Colonizado tardiamente, a ocupação portuguesa em solo cearense iniciou-se somente no século XVI, e até o final dos setecentos, essa capitania – considerada durante praticamente todo o período colonial, um dos confins mais isolados do Império português – foi dominada pelos índios que ali habitavam. Por outro lado, contraditoriamente, o Ceará foi a primeira província do país a relatar a não mais existência de índios, bravios ou aldeados, em seu território. Em meio a esse universo, era possível para um intelectual da época conceber de forma mais evidente o destino funesto que esperava os povos indígenas no Brasil.

Talvez influenciado por esse ambiente, Capistrano tem como marca de sua escrita sobre a história do Brasil a presença do elemento nativo. Contudo, o índio para este historiador cearense, não se assemelha àquela figura romantizada e idealizada pelos indianistas. Além da questão do pessimismo, presente em diversos autores oitocentistas que tocaram na questão indígena, Capistrano não vê os índios enquanto seres mitológicos, e muito menos como símbolos nacionais. Prova disso é a sua obra *Capítulos de história colonial*. Como já dissemos, a sua leitura mostra em muitos momentos as contribuições que os índios deram não só à colonização, mas também como compuseram, através da mestiçagem, o então povo brasileiro, seja ocupando como povoando o território do país.

Dos diversos assuntos referentes ao período colonial brasileiro, estudados nessa obra – como o descobrimento, os primeiros conflitos, o contato com outras nações europeias, a presença flamenga, o sertão do país e suas fronteiras – os antecedentes indígenas, justamente por falar pouco dos índios, é talvez o tópico mais representativo desse não indianismo de Capistrano, que tentamos analisar. Apesar de curto, acreditamos que seja possível estudá-lo, avaliando os pontos abordados pelo autor e, partindo daquilo que nele pudermos observar – como também do que não encontrarmos – será possível relacionar de maneira mais clara a figura histórica do índio, no olhar de Capistrano, com a produção indianista do século XIX. Pretendemos, com isso, avaliar em que aspectos a obra deste historiador cearense se aproxima, ou não, desses autores românticos que vimos acima, e enfim, destacar o real papel que, para Capistrano de Abreu, teriam tido os índios na formação sócio-histórica do Brasil.

Antecedentes indígenas: o índio e o meio

Como já dissemos, o capítulo é muito breve. Cerca de sete páginas são suficientes para abordar o período e os povos que habitaram as terras onde hoje é o Brasil, antes da colonização europeia. E como já expusemos anteriormente, as linhas dedicadas a tratar dos povos indígenas em si são mais escassas ainda. O texto se volta principalmente a descrever aspectos geográficos e naturais do território brasileiro: as três primeiras páginas falam unicamente das fronteiras, da caracterização das praias, dos rios e águas em geral, bem como sobre serras, planaltos e outras formações do solo. Apenas na página três é que encontramos algumas palavras sobre os índios, onde o autor cita, de maneira direta e objetiva, alguns grupos e a forma pela qual os mesmo usavam os rios e os antigos caminhos do sertão no passado:

A um lado as águas vertem para o Paraná e para o Paraguai, ambos nascidos nesta zona e, como o Uruguai, terminando o curso em território estrangeiro; ao outro lado da vertente, correm os tributários do Madeira, objeto de longas disputas desde que Manuel Félix de Lima, em 1742, foi pela primeira vez das minas de Mato Grosso até a sua foz; o Tapajós, *antigo caminho dos Cuiabanos para a compra do guaraná entre os Maués*; o Xingu, cujas más condições de navegabilidade desviaram as explorações por muito tempo e *deixaram viver até poucos anos numerosas tribos indígenas em pura idade da pedra, cujo estudo impulsionou poderosamente a etnografia sul-americana*; o Araguaia-Tocantins, o Parnaíba, o S. Francisco (ABREU, 2011: 3. Grifos nossos).

Em meio a sua descrição, Capistrano coloca algo que remete às suas atividades com línguas indígenas no Brasil, ao falar dos vigorosos estudos etnográficos oriundos do contato com índios até então isolados, e que continuavam, em pleno século XIX, a viver “em pura idade da pedra”. Não entra porém, em detalhes: sua narrativa segue descrevendo outros elementos naturais destas terras, não sendo gastas, nesta parte do capítulo, mais palavras acerca destes povos ancestrais, e muito menos de seu cotidiano com estes caminhos.

O texto prossegue tratando dos principais rios do país, de maneira bem detalhada, além de falar das formas como se deram o povoamento dos sertões pela via fluvial. Nas páginas seguintes (04, 05 e 06), segue falando do clima, em especial do semi-árido nordestino, da flora e vegetação e, em seguida, da composição da fauna brasileira. E é somente a partir daí, na penúltima página do capítulo, justamente no momento em que

aborda os animais do Brasil, que o autor trata de maneira mais detalhada da caracterização dos povos indígenas que habitavam essas terras.

Inicia esta parte do texto explicando a relação que havia entre os índios e os animais com quem conviviam. Sobre a domesticação desses bichos, Capistrano explicava que:

[...] nem um pareceu próprio ao indígena para colaborar na evolução social, dando leite, fornecendo vestimenta ou auxiliando o transporte; apenas domesticou um ou outro, os mimbabas da língua geral, — em maioria aves, principalmente papagaios, só para recreio (ABREU, 2011: 06. Grifo nosso).

Aqui percebemos novamente como, para o autor, se dava a incapacidade cultural dos povos indígenas, lhes sendo impossível se utilizarem dos animais, com seus diversos usos, para que pudessem evoluir, mesmo habitando em meio a uma fauna tão exuberante. Nem a extração de leite, nem o uso de peles para a fabricação de roupas, e muito menos os transporte por via animal foram desenvolvidos pelos nativos, demonstrando assim o déficit social em que viviam. O máximo que poderia acontecer, de acordo com o autor, era quando algum grupo de língua geral (do tronco tupi) criava alguma ave de estimação, como os papagaios.

Em seguida, o texto aborda a questão das guerras e conflitos que havia nas tribos e entre os povos. É possível perceber, no tom dado por Capistrano, um caráter de pouca importância dada a esses eventos (que eram, segundo o autor, constantes), e ainda como fica desenhado que mortes ou coisas muito sérias, como um ato de canibalismo, eram sempre causadas por motivos fúteis.

As guerras ferviam contínuas; a cunhã prisioneira agregava-se à tribo vitoriosa, pois vigorava a idéia da nulidade da fêmea na procriação, exatamente com a da terra no processo vegetativo; os homens eram comidos em muitas tribos no meio de festas rituais. A antropofagia não despertava repugnância e parece ter sido muito vulgarizada: algumas tribos comiam os inimigos, outras os parentes e amigos, eis a diferença.

[...] De rixas minúsculas surgiam separações definitivas; grassava uma fessiparidade constante. Tradição muito vulgarizada explicava grandes migrações por disputas a propósito de um papagaio (ABREU, 2011: 6. Grifos nossos).

Notemos como, para Capistrano, era fácil compreender toda a complexidade de rituais que havia em meio à multiplicidade de povos indígenas no Brasil: o canibalismo, por exemplo, era explicado e resumido em poucas palavras. Em meio a guerras que nunca terminavam, moças (cunhãs) eram separadas de sua gente (já que, de maneira geral, não serviriam para muita coisa), a antropofagia era algo corriqueiro ou banalizado, grandes migrações aconteciam, e geralmente por razões desimportantes, como uma disputa por um papagaio. Essa descrição rápida feita pelo autor demonstra algo bem antigo, e que ainda perdurou por muito tempo, no que diz respeito ao pensamento ocidental – e até mesmo intelectual – acerca dos índios no Brasil: eram povos imaturos ou infantis. No dizer de Gilberto Freire, os nativos seriam um “bando de crianças grandes; uma cultura verde e insipiente; ainda na primeira dentição” (FREIRE, 2005: 158).

Outro ponto descrito por Capistrano é a organização das comunidades e a composição de suas lideranças. Eram, de maneira geral, pequenas, e por conta do pouco desenvolvimento tecnológico expresso em suas edificações, compostas de paus e folhas, “andavam em contínuas mudanças”. Sobre as autoridades comunitárias, diz que o “chefe apenas possuía poder nominal”, tendo maior “força o poder espiritual”, ou seja, o pajé. Talvez por isso, o autor deixa transparecer ao leitor o alto nível de superstição em que viviam os índios, com suas crenças em “seres luminosos [...] e poderes tenebrosos” e suas lendas, “que às vezes os conservavam noites inteiras acordados e atentos”. Por conta dessa situação, explica o porquê de que “um dos primeiros cuidados dos missionários consistia e consiste ainda em apagá-las e substituí-las” (ABREU, 2011: 6-7). Nesta parte, temos a impressão de que, para o autor, era necessário este trabalho de apagamento destes costumes e crenças supersticiosas e, conseqüentemente, danosas à evolução social dos índios.

Continuando sua descrição, passa a abordar algo que, como sabemos, muito lhe interessava: as línguas indígenas. De acordo com o autor, apesar da multiplicidade linguística, todas elas tinham certas semelhanças. Em seguida, fala da divisão, utilizada de forma mais ou menos similar até os dias de hoje, dos diversos grupos indígenas a partir dos linguísticos, identificando localizações, de forma geral, ao longo do território nacional:

Falavam línguas diversas, quanto ao léxico, mas obedecendo ao mesmo tipo: o nome substantivo tinha passado e futuro como o verbo; o verbo intransitivo fazia de verdadeiro substantivo; o verbo transitivo pedia dois pronomes, um agente e outro paciente: a primeira pessoa do plural apresentava às vezes uma flexão inclusiva e outra exclusiva; no falar comum a parataxe dominava. A abundância e flexibilidade dos supinos facilitaram a tradução de certas idéias européias.

Fundada no exame lingüístico a etnografia moderna conseguiu agregar em grupos certas tribos mais ou menos estreitamente conexas entre si. No primeiro entram os que falavam a língua geral, assim chamada por sua área de distribuição. Predominavam próximo de beira-mar, vindos do sertão, e formavam três migrações diversas: a dos Carijós ou Guaranis, desde Cananéia e Paranapanema para o Sul e Oeste; os Tupiniquins, no Tietê, no Jequitinhonha, na costa e sertão da Bahia, na serra da Ibiapaba; os Tupinambás no Rio de Janeiro, a um e outro lado baixo S. Francisco até o Rio Grande do Norte, e do Maranhão até o Pará. O centro de irradiação das três migrações deve procurar-se entre o rio Paraná e o Paraguai.

Nos outros grupos falavam-se as línguas travadas: os Gés, representados pelos Aimorés ou Botocudos próximo do mar, e ainda hoje numerosos no interior; os cariris disseminados do Paraguaçu até Itapecuru e talvez Mearim, em geral pelo sertão, conquanto os Tremembés habitassem as praias do Ceará; os Caraíbas, cujos representantes mais orientais são os Pimenteiras, no Piauí, ainda hoje encontrados no chapadão e na bacia do Amazonas; os Maipure ou Nu-Aruaque, que desde a Guiana penetraram até o rio Paraguai e ainda aparecem nas cercanias de sua antiga pátria, e até no alto Purus; os Panos, os Guaicurus, etc., etc. (ABREU, 2011: 07).

Observemos o quanto, para Capistrano, parecia tudo muito simples: especialista que era, lhe foi possível sintetizar a complexidade lingüística do Brasil indígena em apenas um parágrafo. Mesmo admitindo a existência de diversos troncos, e de larga distribuição geográfica, todos teriam uma regularidade muito próxima.

Na finalização do capítulo, o autor conclui a sua rápida descrição, em três pequenos parágrafos, demonstrando a forte influência do meio natural na organização sociocultural dos povos nativos. Com ele, Capistrano termina demonstrando o quanto o meio foi crucial para o seu baixo desenvolvimento. Diz que a indolência – adjetivo secularmente atribuído ao índio – não era a principal característica desses grupos (apesar de admitir que “indolente o indígena era sem dúvida”). Para o autor, o “principal efeito dos fatores antropogeográficos foi dispensar a cooperação”:

Que medidas conjuntas e preventivas se podem tomar contra o calor?
qual o incentivo para condensar as associações? *como progredir com
a comunidade reduzida a meia dúzia de famílias?*

A mesma ausência de cooperação, a mesma incapacidade de ação incorporada e inteligente, limitada apenas pela divisão do trabalho e suas consequências, parece terem os indígenas legado aos seus sucessores (ABREU, 2011: 07).

Aqui o autor deixa claro quão limitadas eram essas comunidades, já que não progrediram, e isso foi explicado pelo que Capistrano chama de “ausência de cooperação”. De acordo com o que pensava a historiografia desse período, essas pequenas comunidades não eram articuladas – sendo incapazes de uma “ação incorporada e inteligente” – vivendo isoladas no meio dos matos, por isso, não conseguiam se desenvolver social e tecnologicamente. Enfim, para o historiador cearense, essas comunidades, justamente por conta do meio e das condições culturais em que viviam, não conseguiam e nem poderiam evoluir socialmente. Por isso, o silêncio é explicado: simplesmente não havia muito que dizer acerca desses povos de antes da colonização.

Conclusão

Após estudarmos os diversos elementos descritivos acerca dos índios no Brasil presentes no texto, e analisando o artigo de maneira geral, para nos, ficou marcado justamente aquilo que dissemos ainda na primeira linha deste trabalho: o silêncio. Num capítulo que se propunha a estudar os “antecedentes indígenas” da colonização, mal pudemos encontrar referências aos povos nativos. Na verdade, a figura do índio se mistura a descrições relativas à fauna e à flora brasileiras, bem como a descrição dos rios, praias, serras e solos. Logo, o que pudemos concluir é que os índios, para Capistrano, assim como as plantas e animais, praticamente faziam parte dos elementos da natureza deste país. Eram homens, porém de pouco desenvolvimento, explicado pela baixa capacidade de associação e articulação comunitária.

Com isso, é possível responder à pergunta feita ainda na introdução deste artigo: os índios aparecem pouco neste capítulo dedicado aos “antecedentes indígenas” justamente por não demandarem muitas palavras a seu respeito. Pela inferioridade tecnológica, moral e cognitiva, não teria muito do que se falar, apenas que passaram para o povo a indolência e a pouca organização comunitária. Enfim, percebemos que, para Capistrano, o passado e a história indígena anterior à colonização não contém

muito significado ou importância para explicar a constituição da civilização brasileira, afastando-se de forma acentuada daquilo que conhecemos como “indianismo” do século XIX.

Temos diante de nós um aparente paradoxo: ao mesmo tempo em que percebemos que os grupos nativos pré-contato eram quase nulos em termos de importância, a figura do indígena durante o processo de colonização era essencial. Dessa maneira, algo ainda resta a ser respondido: se o elemento nativo no universo colonial era tão marcante na escrita de Capistrano, qual era, afinal, o real papel do índio na história do Brasil para este intelectual?

Mais uma vez, a relação com o meio se torna importante nas conclusões que deste historiador em suas análises históricas. O índio antes da colonização, o “pré-histórico”, era indolente, imaturo, pouco desenvolvido seja em termos sociais como intelectuais e estava fadado ao desaparecimento. Contudo, ao estabelecer contato com o mundo europeu, com a civilização, aí ele foi capaz de mostrar o seu valor e pô-lo em prática. Antes de sua inserção no mundo ocidental, os povos indígenas pouco podiam fazer em termos de progresso, tinham uma cultura limitada e jamais poderiam atingir algum sucesso ou resistir às investidas de invasores do velho mundo. Por isso, não era necessário falar muito de sua história – se é que teriam uma – antes da invenção do Brasil. Ao falar sinteticamente da questão dos antecedentes, nos ficou marcado que, para Capistrano, o índio sem o europeu, branco e civilizado, não servia para muita coisa, e por isso, seu mundo não demandava muitas palavras, a não ser a abordagem rápida de alguns elementos que os povos mestiços que compunham a sociedade brasileira herdaram.

Todavia, a partir do contato, a realidade passa a ser outra completamente diferente. Com a relação estabelecida com o mundo ocidental, os grupos indígenas puderam, finalmente, desenvolver capacidades que possuíam, mas que, por conta de sua fraca organização, não conseguiam demonstrá-las. Pelo baixo poder de associação entre os agrupamentos humanos, guerras constantes, e o baixo nível cultural que os impedia de trabalhar por coisas de real importância, não era possível aos índios a evolução. A colonização, bem como toda a troca de valores e percepções, tornaram possível aos indígenas se associarem, evoluírem social e culturalmente, e assim, ajudar a criar uma nação. Somente inseridos no universo colonial é que os índios passaram a ter importância, a partir de seu envolvimento em guerras, povoações, construções,

expedições: enfim, na própria colonização. Com o tempo, o mundo tradicional indígena foi desaparecendo – ou melhor, misturou-se com o do branco – e como supostamente aconteceu no Ceará na segunda metade do século XIX, eles se extinguiriam. O Brasil de Capistrano, então, passou a ser um país composto e construído pelos mestiços.

Assim como a onda indianista na historiografia oitocentista, a produção de Capistrano de Abreu é marcada pela presença dos povos indígenas, seja no estudo das línguas de povos que, na época, ainda estavam isolados, como na importância dos grupos nativos e dos mestiços na construção do Brasil. Por outro lado, este índio não era, em momento nenhum, romantizado: como já pudemos concluir, o indígena sem o europeu não conseguia progredir. Somente com a colonização – o processo que, de fato, construiu esse país, e que foi o verdadeiro objeto de estudo da obra em questão – é que índios e seus descendentes mestiços puderam contribuir para algo verdadeiramente importante: a formação da jovem nação chamada Brasil.

REFERÊNCIAS

ABREU, João Capistrano de. *Capítulos de história colonial*. Ministério da Cultura: Fundação Nacional do Livro, Departamento Nacional do Livro. Disponível em: <<http://bndigital.bn.br/>>. Acesso em 29 maio 2011.

AMOROSO, Marta Rosa; SÀEZ, Oscar Calavia. Filhos do norte: o indianismo em Gonçalves Dias e Capistrano de Abreu. In: SILVA, Aracy Lopes da. GRUPIONI, Luís Donizete Benzi (Org.). *A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus*. São Paulo: Global, 2004.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

FREIRE, Gilberto. *Casa-grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. São Paulo: Global, 2005.

GUIMARÃES, Manuel Luis Salgado. “Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional.” *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 1, p. 5-27, 1988.

MONTEIRO, John Manuel. O desafio da história indígena no Brasil. In: SILVA, Aracy Lopes da. GRUPIONI, Luís Donizete Benzi (Org.). *A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus*. São Paulo: Global, 2004.

PALITOT, Estevão Martins. Introdução. In: PALITOT, Estevão Martins (Org.) *Na mata do sabiá: contribuições sobre a presença indígena no Ceará*. Fortaleza: SECULT; Museu do Ceará; Imopec, 2009.

PUNTONI, Pedro. O Sr. Varnhagen e o patriotismo caboclo: o indígena e o indianismo perante a historiografia brasileira. In: ISTVÁN, Jancsó (Org.). *Brasil: formação do estado e da nação*. São Paulo: Hucitec; UNIJUÍ; FAPESP, 2003.